

NAÇÃO, FRONTEIRA E TRADIÇÃO: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS NO CONTEXTO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Andrea Cristiane KAHMANN*
Anselmo Peres ALÓS**

- **RESUMO:** Este artigo busca analisar criticamente três das construções conceituais fundamentais – nação, fronteira e tradição – no que diz respeito ao campo disciplinar dos Estudos Literários. Nesse sentido, espera-se realizar uma contribuição efetiva às discussões contemporâneas promovidas pela literatura comparada, pela teoria literária e pelos estudos culturais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Nação. Fronteira. Tradição. Identidade cultural. Literatura comparada.

Nação: a invenção da tradição e o amálgama da identidade

A noção de território como componente necessário do Estado teve origem na modernidade, conformando uma solução aos conflitos entre ordens e autoridades existentes durante a Idade Média. Nesse sentido, esclarece Dallari (2001), o *território* atrela-se à *soberania*, uma vez que o primeiro foi concebido como a delimitação espacial da segunda. O exercício da soberania, que comumente vem referido como o direito/dever de *ação* do Estado moderno, desenvolveu-se como parte de um sistema mais amplo com formas muito específicas de vigilância e de monopólio sobre os meios da violência. Na contingência do percurso histórico, para dar sustentáculo à noção de soberania e proteger o território, formou-se o *Estado-nação*, que à estrutura jurídica do Estado moderno agregou a construção cultural da *nacionalidade* como uma forma de afiliação “[...] mais complexa que ‘comunidade’, mais simbólica que ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’, menos patriótica que *patrie*, mais retórica que a razão de Estado.” (BHABHA, 1998, p. 199).

* UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre – RS – Brasil. 91509-900 – E-mail: andreak.ufpb@gmail.com

** UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras – Departamento de Letras Vernáculas. Santa Maria – RS – Brasil. 97105-900 – E-mail: anselmoperosalos@gmail.com

A nação é uma forma particular de comunidade que surge no processo histórico correspondente à emergência de novas formas sociais de produção em que aparece prioritariamente uma comunidade étnica nova, com uma base territorial comum, associada a elementos culturais e linguísticos a se reforçarem mutuamente (TORRES RIVAS, 1981, p. 88-89). Seguindo a linha de Bhabha (1998), propõe-se a compreensão da nacionalidade como uma estratégia de identificação cultural e de interpelação discursiva que os Estados operam para legitimar sua atuação e inscrevê-la como fruto de uma vontade coletiva ao mesmo tempo em que transformam o *povo* em sujeito imanente e partícipe das entidades políticas.

Com o escopo de estabelecer ou simbolizar a coesão social, de legitimar instituições, *status* e relações de autoridade, ou mesmo para inculcar padrões comportamentais, foram inventadas as tradições em face do construto de nacionalismo. Hobsbawm e Ranger (1984, p. 19) detiveram-se no estudo das invenções das tradições¹ e apontaram o surgimento da bandeira, do hino e das armas nacionais com esse pretexto: “[p]arece que o elemento crucial foi a invenção de sinais de associação a uma agremiação que continham toda uma carga simbólica e emocional, ao invés da criação de estatutos e do estabelecimento de objetivos da associação.” Nessa égide, as práticas tradicionais existentes foram revistas, ritualizadas e reinseridas no contexto social com fins a servir aos propósitos nacionais. Canções e danças folclóricas foram imbuídas de conteúdo patriótico-progressista, desenvolveu-se uma série de rituais alicerçados, muitas vezes, na amálgama Estado-Igreja, e impôs-se a criação de um passado antigo que extrapolasse a continuidade histórica real, fosse pela lenda ou pela invenção. Geraram-se, assim, símbolos e imagens oficiais com o intuito de *personificar* a nação.

A formação de uma cultura nacional, segundo Stuart Hall (2003, p. 48-50), definiu a criação de padrões de alfabetização que generalizavam uma única língua vernácula como meio dominante de comunicação em toda a nação. A fundação de um Estado próprio e de um idioma comum são elementos de ordem política e cultural de fundamental relevância para o sentimento de solidariedade nacional, visto que o primeiro é condição *sine qua non* para a existência de uma sociedade política, e o segundo assume dimensões imprescindíveis em face da formação da cultura nacional, conforme Roland (1997, p. 64):

O idioma comum nas modernas sociedades letradas tem servido à ampliação da leitura de obras literárias. Pois, à diferença do “gozo da arte”, que exige maior cultivo dos indivíduos e por isso é mais aristocrático, a leitura em língua

¹ Para os autores, as tradições pertenceriam a três tipos superpostos: (1) as que simbolizam união social, como hinos, bandeiras e armas nacionais; (2) as que legitimam estruturas institucionais, como sistemas legais, aparatos administrativos, educacionais ou religiosos, e (3) as que visam a inculcar sistemas de valores e acordos de conduta, como os costumes (HOBSBAWM; RANGER, 1984). Neste trabalho, serão consideradas, especialmente, as tradições do primeiro tipo.

vernácula (já compreendido o jornal, enquanto veículo de literatura de massas) é mais democrática e, por isso, pode funcionar como um “cimento”, um agente de unificação dos valores culturais e do sentimento de solidariedade comuns.

Com efeito, importantes obras literárias ecoam sob os pilares da nação moderna, já que a nação é, mais do que um evento jurídico-social, um escopo de identificação cultural por meio de formas discursivas que funcionam em nome dessa coletividade construída. A nação é, portanto, uma forma de filiação textual, o produto de uma narrativa que legitima arranjos políticos e orienta a consciência histórica. Nas palavras de Jürgen Habermas (1998, p. 91):

Para poder dar forma y servir de soporte a una identidad colectiva, el plexo de la vida lingüístico-cultural ha de ser hecho presente en unos términos capaces de fundar sentido. Y sólo la construcción narrativa de un acontecer histórico dotado de un sentido cortado al talle del propio colectivo puede suministrar perspectivas de futuro orientadoras de la acción y cubrir la necesidad de afirmación y autoconfirmación.

Assim, as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas sob o *teto* do Estado-nação, tornando-se fonte de significados para as identidades culturais modernas. No interregno da construção cultural de uma identificação em torno ao elemento político do Estado, a literatura, como texto privilegiado na medida em que pôde inserir em si o histórico e o mítico e preencher os vazios da memória coletiva, desempenhou um papel exponencial em direção ao ancoramento do sentimento de identidade, como refere Bernd (2003, p. 11). Nos casos em que isso não foi suficiente, houve, ainda, a alternativa das ditaduras absolutistas para resolver o problema da unidade nacional, no comentário de Torres Rivas (1981, p. 113).

Como o movimento político-militar sempre foi uma alternativa a ser considerada na contextualização dos Estados incipientes, fatores coesivos de centralização do poder e expansão político-administrativa motivaram a definição de novas dimensões do nacional. O Estado *coagulante* encarregou-se de fazer coincidir a jurisdição com a fronteira. Considerando que o monitoramento reflexivo que a organização estatal permite é cerceado pelo estabelecimento das fronteiras, resta compreensível por que as lutas por territórios marcaram a formação dos Estados nacionais e têm espaço até o hodierno com base no que se estabeleceu denominar *princípio da impenetrabilidade*, o qual, para Dallari (2001, p. 90), “[...] significa reconhecer ao Estado o monopólio de ocupação de determinado espaço, sendo impossível que no mesmo lugar e ao mesmo tempo convivam duas ou mais soberanias.” Depreende-se, pois, que, em uma situação em que dois Estados disputam um território, não há a (co)existência de duas ou mais soberanias, mas,

isto sim, o estado de conflito caracterizado pela ausência (ou alternância) de leis soberanas. E, nesse contexto, o território será tão-somente uma precária definição espacial engendrada provisoriamente pelas pulsões expansionistas.

O nacionalismo, mais que todos os *ismos* que marcaram o século XX, ocupou um espaço privilegiado no período do entre-guerras, com o colapso dos grandes impérios multinacionais da Europa central e oriental e a Revolução Russa. Conforme Hobsbawm (1990, p. 163-166), o apogeu nacionalista delineou-se entre os anos de 1918 e 1950 e foi primordialmente marcado pelo princípio *wilsoniano* (HOBSBAUWM, 1990, p. 166) de fazer coincidir as fronteiras do Estado com as fronteiras da nacionalidade e da língua – tarefa para a qual a expulsão maciça ou o extermínio de minorias sempre estiveram entre as alternativas cogitadas pelos tomadores de decisão². Convém recordar que, em 1915, os turcos levaram a cabo a eliminação em massa de armênios e, depois da guerra greco-turca de 1922, expulsaram de 1,3 a 1,5 milhões de gregos da Ásia Menor. Hitler, por sua vez, tanto fez transferir alemães que não viviam em território pátrio (como os do Tirol meridional italiano) para a própria Alemanha como mandou eliminar judeus que maculariam o ideal de pureza da *raça* ariana. Finda a segunda guerra, seria a vez de os alemães serem expulsos em massa, especialmente da Polônia e da Tchecoslováquia, enquanto a fortaleza do matrimônio Estado-nação reforçava a luta pela consolidação do Estado de Israel.

Alguns historiadores explicam esse nacionalismo exacerbado que marcou o início do século XX em função das crises do período: “[e]nquanto uma violenta nevasca fustigava a economia como um todo, o capitalismo mundial refugiava-se nos iglus de suas economias de Estado-nação e de seus impérios associados.” (HOBSBAWM, 1990, p. 160). Além disso, o surgimento da moderna comunicação de massa permitiu a divulgação das ideologias populistas. De certa maneira, a partir do momento em que a voz dos locutores passou a invadir os lares, houve uma ruptura entre as esferas públicas e privadas. O rádio, bem como o cinema, os jornais impressos e, mais tarde, a televisão, (re)elaborou os símbolos nacionais e sofisticou o sentimento de pertença ao nacional por meio de músicas, narrativas e mitos. O esporte também desempenhou um importante papel na canalização dos interesses particularistas para o escopo nacionalizante. Não por casualidade, foi no período entre-guerras que a Copa do Mundo se introduziu no meio futebolístico. E os jogos olímpicos de 1936 demonstraram em que medida um evento esportivo poderia operar como marco de autoafirmação nacional.

Apesar de os nacionalismos serem criações essencialmente europeias, a ideia disseminou-se surpreendentemente, reforçando, de forma indelével, também as identidades do chamado Terceiro Mundo. A América Latina tratou de importar

² Tradução do inglês *decision makers* como vem sendo apresentada nos modernos manuais de Administração. Preferiu-se o emprego deste termo por ser mais amplo, visto que – nem sempre – as decisões eram tomadas por representantes da cúpula governamental.

o modelo, adaptando seus *slogans* e seus rituais à máxima anti-imperialista³. A difusão geográfica desses movimentos e a invenção de novos modelos a partir do padrão europeu fez com que, em qualquer lugar do globo, quem quer que pedisse a palavra em nome de algum povo oprimido ou sem reconhecimento, o fizesse com base no princípio de nacional e no direito de autodeterminação. Sob o signo do nacionalismo, liberdade e autodeterminação política significaram, ao mesmo tempo, a soberania popular de cidadãos com iguais direitos e a autoafirmação, em termos de política de poder, da nação que se tornou soberana (HABERMAS, 1998, p. 90).

Entretanto, o escopo nacionalizante, tal como formulado por seus pregadores oficiais, não necessariamente coincidia com a real (auto)identificação do povo em questão. Por outro lado, comumente, o povo tampouco parecia sentir-se integrado a esse Estado territorial que declarava englobá-lo. O mundo que sobreviveu à Segunda Guerra o soube bem: duas Alemanhas representavam a nação separada, e uma Iugoslávia englobava uma variedade de identidades nacionais, enquanto os israelitas, há séculos sem Estado, tentavam resgatar uma língua e uma afinidade cultural perdidas.

Habermas, ao ponderar sobre a decadência dos nacionalismos, a vê diretamente associada ao holocausto. A consciência histórica sobre o caminho que empreendeu a Alemanha “[...] *es algo que em todo caso ha perdido tras Auschwitz su capacidad de configurar mitos.*” (HABERMAS, 1998, p. 84). A geração que viveu a humilhação do muro de Berlim carregou, ainda, o peso de ser herdeira ou das vítimas e dos que resistiram ao nazismo, ou dos apoiadores e dos que nada fizeram para impedir essa degradação. De qualquer sorte, distintas classes de responsabilidade passaram a ser definidas, e as tradições, que até então tinham nutrido sem maiores resistências as continuidades históricas, passaram a ser severamente questionadas.

O período imediatamente posterior à Segunda Guerra presenciou a ascensão de movimentos nacionalistas de caráter essencialmente negativo, ou seja: separatistas. Iniciou-se um interessante processo de descolonização que resultou na independência da Índia, Birmânia, Ceilão e Indonésia, já em 1947. Logo após, as regiões islâmicas, os países centro-africanos e o restante das colônias do sudeste da Ásia e do Caribe, paulatinamente, declararam-se independentes das potências coloniais. Esboçou-se *o fim dos impérios* (HOBSBAWM, 1995, p. 198-221). Enquanto isso, na Europa, as economias tentavam recuperar-se da crise desencadeada pelos anos de guerra. Teve lugar o Estado Social, embasado na construção de direitos civis e na realização efetiva de direitos sociais básicos. As economias de mercado receberam o apoio decisivo dos Estados Unidos, país que acabou a guerra como detentor de dois terços da produção industrial do mundo

³ A questão imperialista permaneceu ao largo do anti-imperialismo com a força da presença na ausência: se o imperialismo foi uma construção fundamentada no poder, também o anti-imperialismo o é, pois, da mesma forma, está baseado na imagem que constrói de si próprio.

e viu aumentar em dois terços seu produto nacional bruto (HOBBSAWM, 1995, p. 254). Os arranjos políticos promovidos pela chamada *Guerra Fria* e a ameaça constante da competição armamentista deixaram evidente que os moribundos Estados nacionais estavam inseridos em um “[...] processo cheio de risco de autodomesticação de alianças armadas atômicamente [...]” (HABERMAS, 2001, p. 63) e que se fazia mister angariar o apoio de um ou outro polo hegemônico. O bloco capitalista logo pôde perceber a conformação de uma economia transnacional, o que provocou deslocamentos na relação entre aparatos de mercado e poder político. Nessa conjuntura, eram os Estados que estavam inseridos nos mercados, e não o contrário (HABERMAS, 2003, p. 103-104).

Esse contexto marcou a derrocada do nacionalismo, em sua conotação originária, para o que, pondera Kliksberg (1998, p. 12), contribuiu o desmonte da estrutura estatal e a sua ineficácia ante as funções sociais. Especialmente nos contextos de maior instabilidade, como é o caso da América Latina, o projeto desenvolvimentista restou entregue ao mercado e à “mão invisível”. A insatisfação da sociedade civil com o Estado reduzido ao mínimo, subordinado às relações econômicas internacionais e já sem forças de associar os símbolos de orgulho nacional às suas razões, provocou a perda da credibilidade que atingiu a esfera pública em geral. Imerso em uma crise de identidade sem precedentes e questionado em sua *funcionalidade*, o esvaziamento do Estado nacional, de acordo com Habermas (2003, p. 106-107), conectou-se com a perda da capacidade de controle, o crescente *déficit* de legitimação nos processos decisórios e a incapacidade, cada vez maior, de fornecer serviços de organização e de condução eficazes do ponto de vista da legitimação.

A globalização veio pôr em xeque todo o aparato jurídico-estatal ao promover a queda de barreiras territoriais para o capital e as mercadorias. A questão mais importante para as economias nacionais passou a ser a aceleração do fluxo do capital internacional e a valorização das praças de investimento de uma nação por meio dos mercados financeiros interconectados em nível global. Também a divulgação do *modus vivendi* dos povos promotores dessa perspectiva globalizante chocou-se com os padrões de vida da aldeia. Estado, sociedade e economia não são mais os mesmos após a permeabilização das fronteiras nacionais, nem a cultura, pois:

Essa diluição de fronteiras, que se processa aceleradamente nos campos da economia, da sociedade e da cultura, atinge as condições de existência de um sistema estatal erguido sobre bases territoriais, o qual continua sendo, mesmo assim, o fornecedor mais importante de atores coletivos para o cenário político. (HABERMAS, 2003, p. 104).

Diante dessa perspectiva, pergunta-se o que restaria, então, para os localismos, os regionalismos, os nacionalismos, ou o termo que se queira empregar para

identidades particularistas, ante os sobressaltos do *Umwelt*⁴? Stuart Hall (2003, p. 69), em face do exposto, postulou três possíveis consequências, a saber: (1) as identidades “locais” estariam se *desintegrando* como resultado da homogeneização cultural; (2) elas estariam sendo *reforçadas* pela resistência à globalização; (3) elas estariam em declínio, em detrimento de *novas* identidades (híbridas) que tomariam seu lugar. Esses postulados dão ideia das dimensões do questionamento que aqui se propõe e, para melhor compreender a concentração do Estado nas margens do sistema simbólico de referência, no ponto que segue serão elaborados conceitos atinentes à fronteira como limite territorial e de suas consequências em face dos construtos de nacionalidade e tradição.

Fronteira: o limite da soberania, a contingência do *entrelugar* e o papel da literatura

Nesse contexto em que tendências globalizantes modificam a constelação histórica e no qual Estado, economia, sociedade e cultura já não são comportados pelo âmbito das fronteiras nacionais, faz-se mister uma análise mais minuciosa dos conceitos atinentes à fronteira. Até porque, seguindo o raciocínio de Zulma Palermo (2004, p. 237), “[...] *la noción de nación no resulta posible sin su complementaria, la de fronteras, pues es dentro de éstas que aquella se organiza, cobra cuerpo definido y se diferencia de las demás.*” Dessa forma, as linhas que seguem orientam-se pelo escopo de abordar o conceito de fronteira, seja como margem territorial, seja como margem discursiva, em um viés paralelo de ascensão e queda do construto ideológico de nação.

Há que se considerar, primeiramente, que os conceitos de *fronteira* e *limite*, no sentido moderno, emergiram atrelados à noção de território. No período de ascensão dos nacionalismos, a definição/ampliação dos limites territoriais implicou um símbolo da autoridade dos Estados em formação.

Por todos los lados las fronteras fueron objeto de negociación, enfrentamientos bélicos, convenios, conferencias internacionales, etc., procedimiento esencial para definir el atributo/relación entre la calidad de lo interior y exterior; que contribuye, junto a otros elementos, a favorecer la identidad nacional. Preliminar, incompleta, ella empieza por ser “conciencia de lo interior”, en una definición todavía estrecha, regional o local, de los horizontes nacionales. (TORRES RIVAS, 1981, p. 114).

⁴ Do alemão, “ambiente”. Preferiu-se não traduzir a expressão para deixá-la mais em conformidade com as leituras do conceito nos campos da Sociologia e da Ciência Política. No citado livro de Stuart Hall (2003), a palavra aparece assim, grafada em alemão.

Embora corriqueiramente os termos *fronteira* e *limite* sejam referidos como sinônimos, há diferenças essenciais entre eles. A noção de *fronteira* “[...] nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado [...]” (MACHADO, 1998, p. 41), isto é, a fronteira era o que marcava o *começo* do Estado. Somente quando os padrões de civilização ultrapassaram o nível da subsistência é que a fronteira começou a ser percebida como lugar de comunicação entre os Estados e, em consequência disso, assumiu contornos políticos⁵. Já o conceito de *limite*, este sim, surgiu para designar o *fim* do controle de uma unidade político-territorial. Em face do exposto, o limite seria tão-somente uma abstração sujeita a leis internacionais, sem existência material. A diferença fundamental entre fronteiras e limites consistiria em que, enquanto as primeiras estariam orientadas para fora (exercendo força centrífuga), os limites orientar-se-iam para dentro do território (exercendo força centrípeta). Mais que uma simples sutileza em termos de nomenclatura, essa constatação traz sérias implicações:

Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central [...], enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. (MACHADO, 1998, p. 42).

Em face do quadro em tela, observa-se, com Leenhardt (2002, p. 28), que a definição dos limites territoriais ocorreu de forma independente (ou mesmo contrária) aos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira:

É preciso [...] notar que, quando os Estados, Reinos ou Províncias tratam de *contratar*, quer dizer, de fixar as fronteiras por tratados mais que pelas armas, não intervêm em um território virgem. Práticas ancestrais foram já estabelecidas entre as populações que se tocam, constituindo *modus vivendi* que integram uma definição prática, senão geográfica da fronteira, que pode então diferir significativamente daquela dos topógrafos.

A fronteira constituiu, enfim, menos uma linha que um espaço, menos um marco físico ou natural que um sistema simbólico e, embora a conceituação jurídica acarretasse, por si só, os desdobramentos políticos, ela acabou por encerrar em

⁵ Cabe, aqui, a observação de que, até o fim do século XIX, não se conhecia passaporte, e o trânsito de pessoas de um país para outro era feito sem maiores formalidades.

si um significado que operou para além dos aspectos territoriais, definindo-se como marco de referência identitária: “[...] mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade.” (PESAVENTO, 2002, p. 36). Assim, conformando-se como construção de significado que guia a percepção da realidade em face das elaborações imaginárias de referência, a fronteira definiu princípios de reconhecimento que propuseram um *Nós* com relação a um *Outro*, condizentes com as políticas homogeneizantes do Estado-nação. A especificidade da nação repousaria na sua diferença, requerendo, para tanto, a definição de fronteiras simbólicas a se fortalecerem pela modulação de um conjunto de significantes emblemáticos. Para tanto, as identidades nacionais valeram-se do componente linguístico e modelaram tradições, mitos e narrativas heroicas.

Entretanto, ao representar não apenas um trânsito de lugar, mas as condições favoráveis para o diálogo e para o intercâmbio, as fronteiras configuraram um espaço novo caracterizado pela imbricação. Dessa forma, as regiões fronteiriças comumente foram objeto de preocupação dos Estados no sentido de controle e vinculação, já que muitas vezes estavam representadas como uma versão deturpada do *caráter nacional*, imiscuída pelo *Outro*, implicando uma grave afronta à soberania. O reforço do que se convencionou chamar *identidade nacional* teve sérias consequências nesse âmbito, firmando-se como a negação desse *Outro*: “[...] *la frontera sirve para señalar y favorecer la identidad de las naciones que están detrás de ellas. La línea de frontera se convierte así en una línea de defensa contra lo foráneo.*” (BETANCOR; ANGELO, 1998, p. 72).

Conforme Leenhardt (2002, p. 29), as fronteiras induziram a sua possibilidade de análise sob o paradoxo da ambivalência e da ambiguidade, visto que comportam dois estados de ser ao mesmo tempo em que trazem consigo a possibilidade de ser um *outro*, um *terceiro* (PESAVENTO, 2002, p. 37). Dessa forma, esse *terceiro* conformaria um posicionamento “[...] que envolve o distanciamento e o estranhamento como atitude, e a ambivalência e a ambiguidade como condição de ser [...]” (PESAVENTO, 2002, p. 38), razão pela qual a principal característica do sujeito que habita a fronteira é referida como a *ex-centricidade*. Com efeito, permitindo-se uma análise sob a ótica da desconstrução de Derrida, nota-se que a condição do ser fronteiriço conformaria uma espécie de *entrelugar*. A fronteira não se situaria em nenhum dos polos que exercem funções opostas em um raciocínio binário; isso porque ela seria, ao mesmo tempo, *um*, *outro*, *ambos* e *nenhum*. A condição de fronteira seria conflagrada pela situação de ser *borda*, *margin*, *franja*. E não estar no centro implicaria tanto o estar distante quanto o ser diferente. Em outras palavras, ser fronteira seria postular a posição do *estranho*.

Na abordagem teórica de Bhabha (1998, p. 20), a constituição dos *entrelugares* nas articulações de diferenças culturais forneceram subsídios para a “[...] elaboração

de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação.” Conflagrar-se-ia, então, a exigência da criação do *novo* como ato insurgente de tradução cultural, em que esse *novo* não fosse parte do *continuum* de passado e presente. Essa (re) elaboração, enfim,

[...] não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 1998, p. 27).

Objeto da preocupação teórica dos estudos pós-coloniais e contingência do viver o interstício, o estar na fronteira acarretaria, ainda, o espírito de distanciamento que acompanharia o (re)inserir-se no lar e no mundo e a condição das iniciações extraterritoriais e interculturais: a sensação de *estranhamento* [*unhomeliness*]. Estar estranho ao lar [*unhomed*] seria diferente do estar sem-lar [*homeless*] e de modo análogo classificar-se-ia o *estranho* [*unhomely*] (BAUMAN, 1999)⁶. Ser um estranho, para Bauman (1999, p. 85), significa, antes de tudo, que nada é natural, que nada lhe é dado por direito – nisso, difere-se do *nativo*, característica do *estar situado* ou *afinado* com uma visão de mundo relativa-natural, conforme postulados heideggerianos. O estranho seria, então, aquele que fica *do lado de fora* e isso o lançaria à posição de *objetividade*, que atrai o desconforto dos *nativos*, inseguros nas suas maneiras e verdades domésticas:

Na visão de mundo do nativo, a essência do estrangeiro é a ausência de lar. Ao contrário de um forasteiro ou estrangeiro, o estranho não é simplesmente um recém-chegado, uma pessoa temporariamente deslocada. Ele é um *eterno nômade*, sempre e em toda parte errante, sem esperança de jamais “chegar”. A “objetividade” da sua visão (o cosmopolitismo, o antipatriotismo, a ausência de compromisso, a marca do “vira-casaca”) consiste precisamente na sua capacidade de distinguir as estações da sua irrefreável peregrinação: no que lhe diz respeito, todas elas não passam de sítios confinados no espaço, fadados a se tornar passado no futuro. Ultrapassados e mais cedo ou mais tarde deixados para trás, todos lhe parecem idênticos na sua *negatividade*, uma vez que nenhum deles é um lar. (BAUMAN, 1999, p. 89).

Não obstante, tendo em vista a conformação do que restou definido por Habermas como pós-nacionalismo, a análise do ser intersticial conduz a certos questionamentos. Antes de tudo, pergunta-se: é possível a abordagem com base

⁶ O autor emprega a nomenclatura em inglês, tal como apresentada entre colchetes no corpo do texto.

no sentimento de *estranhamento*, em plena era do *descentramento do sujeito* (GIDDENS, 2002, p. 221)? O que significaria *estar afinado* com uma visão de mundo, se o *desencaixe* passou a ser entendido como característica inerente às identidades da pós-modernidade? Além disso, o que corresponderia ao *sentir-se em casa* em tempos de diáspora, de internet, de empresas transnacionais? E onde seria o *centro* em um plano em que a margem pode, a qualquer momento, subverter a ordem estabelecida? *Estar do lado de fora* não seria, pois, simplesmente uma questão de ângulo? Esses questionamentos têm ocupado espaço privilegiado na esfera de produção científica hodierna e explicam a retomada do interesse pelas fronteiras. A partir da crítica pós-moderna, o *centro* tomou consciência da sua própria *crise da centralidade* e a promoção do *culto às margens* veio a consagrar os *entrelugares*:

Uma emergência que, ao ocorrer em paridade com a de uma amálgama de fenômenos híbridos e virtualmente nômadas, parece dotar a fronteira de uma particular sensibilidade para pensar a relação entre as margens e os centros, vocacionando-os para questionar de modo fecundo, isto é, em termos de transgressão necessária, os limites sugeridos pela modernidade. A novidade, a haver alguma, não radicará tanto na possibilidade da transgressão quanto, sobretudo, no culto dessa transgressão, na promoção da fronteira enquanto local promíscuo, e, por isso mesmo, espaço natural de uma “subjetividade emergente”. (MARTINS, 2000, p. 138-139).

Não só a Sociologia, mas também a Literatura Comparada, vem, há tempos, operando como elemento de subversão da ordem estabelecida pelas culturas nacionais. De certa forma, poder-se-ia afirmar que os estudos comparatistas se anteciparam à derrocada dos nacionalismos, definindo, já com Goethe, uma perspectiva pós-nacionalista e multiculturalista da produção literária com a cunhagem do conceito de *Weltliteratur*. Também a tradução, como paradoxo que é de, a um só tempo, suprimir as diferenças entre uma língua e outra e revelá-las mais plenamente, recriando noções literárias e enriquecendo os sistemas que interagem entre si, tem desempenhado relevante função na queda de barreiras.

O papel político dos Estudos Literários, especialmente no decorrer do século XX, tem sido destacado por movimentos contestatórios, encorajando políticas emancipatórias de grupos marginalizados por definições de raça, gênero e, também, nacionalidade: “[a] literatura sempre se preocupou com questões de identidade e as obras literárias esboçam respostas, implícita ou explicitamente, para essas questões [...]” (CULLER, 1999, p. 108), porque “[...] a literatura não apenas fez da identidade um tema; ela desempenhou um papel significativo na construção da identidade dos leitores.” (CULLER, 1999, p. 110-111). E não seria agora, em que se debatem os impactos da perspectiva pós-tanta-coisa, que

a Literatura se furtaria desse papel que sempre assumiu como seu. A propósito, Chiappini (2002, p. 49) comenta: “[n]ão é ocasional se o debate multicultural tem lugar nos departamentos de literatura e estudos étnicos e não nos de sociologia ou filosofia nos Estados Unidos. Porque a literatura sempre deixou dialogar a contradição e tematizou os estereótipos.”

Também Szegedy-Maszak (2004, p. 220) faz questão de recordar que a percepção do deslocamento da visão do mundo atrelado à perspectiva globalizante pôde, em muitos casos, ser compreendida por meio de narrativas que abordavam a experiência da *nova migração* ou do exílio, citando o exemplo de Imre Kertész, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 2002: “*Kertész has a double identity: history forced him to see himself as belonging both to ‘us’ and to the ‘other’, and his language reflect this.*” Essa dualidade (de ser *Nós* e *Outro* concomitantemente), prerrogativa que tornou Kertész merecedor de um Nobel, parece querer desestruturar a dicotomia *estranho vs. nativo* proposta por Bauman. A respeito, Boening (2004, p. 233) traça seu comentário:

What has happened in the recent past [...] is that cultures no longer stand across from one another, but have become transient, mobile and portable. In the new postnational world, exile, or perhaps better, dispersal, is not the exceptional condition, but the norm. The world appears to be changing from a fairly orderly arrangement of “friends” an “enemies” into an unruly, confusing, disorderly collective of strangers.

Nesse contexto, se há 30 anos era possível chamar *estranho* àqueles sujeitos que conviviam paradigmaticamente com sua condição de *eternos nômades*, membros do corpo diplomático ou perseguidos por razões políticas ou étnicas, hodiernamente, todos carregam a condição de *estranhamento* ante a recombinação dos contextos locais através de distâncias indeterminadas do espaço/tempo. O que viria a ser, então, um *lar* ou um lugar definido como capaz de evocar no sujeito descentrado a marca da pertença? Seria possível arriscar que os *entrelugares*, como articulações contingentes do hibridismo cultural, estariam mais propensos a renovar as tradições do passado e enfrentar o *desencaixe* das perspectivas pós-nacionais? Ante o contexto de queda de barreiras, insiste-se em perguntar: o que restou para as identidades *locais*, retomando-se as discussões propostas por Stuart Hall (2003, p. 69)?

Todos esses questionamentos acarretaram novas tendências para as pesquisas em Literatura. Rodrigues (2003, p. 109) observa que “[...] no panorama dos eventos da área dos Estudos Literários e Comparados no Brasil, realizados nos últimos anos, a questão da identidade nacional surge como um dos tópicos centrais, senão como o tema aglutinador.” Nesses termos, surgiram três eixos de problematização da questão em face da perspectiva literária: (1) o rastreamento das inter-relações

entre narrativa, poder cultural e conceito de nação em contextos diferenciados histórica e geograficamente; (2) a análise das construções de identidades como formas de afiliação e/ou resistência às construções oficiais da cultura, salientando o papel da história como elemento de resistência, possibilitando a reinvenção do sistema de significações e valores da cultura; (3) a abordagem da questão da imbricação entre o ficcional e o histórico na textualização do imaginário cultural que, ao lidar com elementos sócio-políticos, dá origem a processos identitários (RODRIGUES, 2003, p. 109).

Globalização: o descentramento do sujeito e a busca da memória

A globalização, principal faceta do pós-nacionalismo, não é um fenômeno recente. Giddens (1991, p. 69), a propósito, comenta que “a modernidade é inerentemente globalizante”. Porém, desde os anos 70, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações. No final da década de 80, o termo popularizou-se e passou a ser menção obrigatória em qualquer discurso a abordar a ordem dos Estados contemporâneos. Exemplo do efeito que representa, o vocábulo *globalização*, conforme Giddens (2005, p. 18), “[...] surgiu de lugar nenhum para estar em quase toda parte [...]”, significando a queda de fronteiras para o capital e para a renovação das identidades.

A principal faceta do processo globalizante foi o que Ohmae (1996, p. 6) chamou de “o fim do Estado-nação”, apontando que os países têm se tornado “[...] inevitavelmente vulneráveis à disciplina imposta por opções econômicas feitas em outros lugares por pessoas e instituições sobre as quais não têm nenhum controle possível.” Dessa forma, o modelo de Estado-nação, como tradicionalmente é concebido, vem se tornando, cada vez mais, uma ficção nostálgica, pois cada país é “[...] uma combinação heterogênea de territórios com necessidades totalmente diferentes e capacidades de contribuição completamente diferentes [...]” (OHMAE, 1996, p. 6-7), e quando se analisa “[...] detalhadamente os bens e serviços atualmente produzidos e comercializados ao redor do mundo, bem como as empresas responsáveis por eles, não é fácil associar-lhes um rótulo nacional exato.” (OHMAE, 1996, p. 7). Porém, a nacionalidade, como ficção nostálgica, tem garantido poder de mercado:

Quando a atividade econômica ostenta agressivamente um rótulo nacional hoje em dia, isso não se dá em benefício da precisão, ou devido à preocupação com o bem-estar dos consumidores individuais. Trata-se, primariamente, de uma mini-bandeira do nacionalismo barato – ou seja, uma celebração chauvinista da nacionalidade, que valoriza muito mais os símbolos que despertam emoções do que melhorias concretas de qualidade de vida. (OHMAE, 1996, p. 7).

As razões do emprego do “nacionalismo barato” (no dizer de Ohmae) ante as estratégias de marketing estão relacionadas com a revalorização das identidades nacionais. Com o fim da Guerra Fria, alguns observadores, especialmente Fukuyama, declararam “o fim da história”, mas ela própria se encarregou de desmenti-los e trazer à tona uma série de grupos e mesmo indivíduos que passaram a reivindicar seu lugar frente aos acontecimentos. E, como não poderia deixar de ser, as identidades culturais não restaram alheias ao processo globalizante, que inseriu virtualmente o Outro em entornos antes específicos e recombinau as relações com o sujeito por meio de distâncias indeterminadas de espaço e tempo. Há que se recordar que tempo e espaço são, também, coordenadas básicas de todos os sistemas de representação, além de categorias fundamentalmente contingentes de percepção historicamente enraizadas (HUYSSSEN, 2000).

As identidades têm aquilo que Said (2003, p. 218) denomina “geografias imaginárias”, com seu senso de lugar, de lar, situado em um período determinado, pois “onde, senão na temporalidade, uma identidade se desenvolve”? Porém, conforme Hall (2003, p. 70-76) pontua, um dos efeitos da globalização foi justamente a separação entre espaço e lugar, sendo que o segundo, nessa égide, deve ser entendido como o ponto de práticas sociais específicas, concreto e delimitado pelo contexto com o qual as identidades estão estreitamente vinculadas. Se na pré-modernidade espaço e lugar eram amplamente coincidentes, paulatinamente eles se foram separando, por meio da inserção de influências sociais distanciadas que moldaram os lugares e deslocaram os seus sujeitos. E esse deslocamento atingiu, também, a noção de tempo. Jameson (1997, p. 42), a respeito, comenta: “[...] é possível argumentar, ao menos empiricamente, que nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais são hoje dominadas pelas categorias de espaço e não pelas de tempo, como o eram no período anterior do alto modernismo.” A aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, segundo Harvey (1992, p. 258), acentuou, ainda, a volatilidade e a efemeridade do viver, pensar e sentir, induzindo à dinâmica de uma sociedade *do descarté*: do ser capaz de jogar fora não somente bens de produção, mas também “[...] estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser.” A psicologia humana teve de arcar com os efeitos da perspectiva do descarté iminente e da obsolescência instantânea o que, associado à sobrecarga sensorial característica da vida urbana da pós-modernidade, acarretou mudanças ante os sistemas de valores públicos e pessoais dessa sociedade em vias de fragmentação.

Uma das consequências mais imediatas do descarté foi o esmaecimento dos afetos, acarretando o fim de certas subjetividades e de certos estilos, no sentido de um toque artístico único e pessoal. O descentramento do sujeito (JAMESON, 1997, p. 42) implicou não apenas algumas rupturas com as tradições, mas o recalque (em acepção freudiana) do sentir. Assim, postula Jameson (1997, p. 43), o poder oculto

da tradição pode ter sido soterrado por autonomia e liberdade, mas “[...] a liberação, na sociedade contemporânea, da antiga *anomie* do sujeito centrado pode também implicar não apenas a liberação da ansiedade, mas também a liberação de qualquer outro tipo de sentimento, uma vez que não há mais a presença de um *ego* para encarregar-se de sentir.” O lado sombrio desse fenômeno é assinalado por Giddens (2005, p. 56-57) como sendo o aumento das dependências e compulsões:

Todo contexto de declínio de tradição oferece a possibilidade de maior liberdade de ação do que antes existia. Estamos falando aqui da emancipação humana dos constrangimentos do passado. A dependência entra em jogo quando a escolha, que deveria ser impelida para a autonomia, é subvertida pela ansiedade. Na tradição, o passado estrutura o presente através de crenças e sentimentos coletivos partilhados. O dependente está igualmente escravizado ao passado – mas porque não consegue escapar do que, originalmente, eram hábitos de estilo de vida livremente escolhidos.

O esmaecimento dos afetos e a ruptura com a tradição abalaram o que se deu a conhecer por *memória* – e, sendo esse um dos pilares constitutivos da estrutura psíquica, alertaram-se os postulados freudianos do *revisitar* o passado para obter maior autonomia para o futuro: “[q]uando iniciou a psicanálise moderna, Freud supunha que estava estabelecendo um tratamento científico para a neurose. Na verdade, estava construindo um modelo para a renovação do senso de identidade nos estágios iniciais de uma cultura de tradições em declínio.” (GIDDENS, 2005, p. 57).

Seria possível, pois, afirmar que o impacto da globalização levou esse sujeito descentrado da pós-modernidade a revisitar o seu passado de forma – a bem dizer – *terapêutica* na busca do seu *sentir* recalçado. Está-se com Derrida (1971, p. 180): “[...] recalque e não esquecimento; recalque e não exclusão. O recalque, como bem diz Freud, não repele, não foge nem exclui uma força exterior, contém uma representação interior, desenhando dentro de si um espaço de repressão.” E mais: tendo em perspectiva a visão descentrada de texto, esbarra-se na visão descentrada de psiquismo, “[p]ois, se não há nem máquina nem texto sem origem psíquica, não há psíquico sem texto [...]” (DERRIDA, 1971, p. 183), visto que psíquico e texto são conceitos conformados pela diferença/diferência.

A aposta no conceito de *diferência* ao tratar do descentramento do sujeito da pós-modernidade conduz ao raciocínio de que descentrar (deslocar do centro) significa conduzir para a margem (para a fronteira). É, portanto, relegar ao sujeito a missão do viver o interstício. É deduzir que os *entrelugares*, como articulações contingentes do hibridismo cultural, enfrentam o *desencaixe* das perspectivas pós-nacionais renovando sua tradição em busca da identidade recalçada.

A desestabilização das posições sociais ocupadas pelos indivíduos na comunidade constituiu-se um dos principais pilares da crise das identidades pós-modernas. Em termos de mercado, deu-se a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços, inseridos na lógica do efêmero. Muitos setores da produção cultural subsequente vieram impregnados dessa tendência. Sobre as identidades, entretanto, essa espécie de “mentalidade esquizofrênica” (como refere Jameson) assumiu contornos de interpretação ainda mais complexa. Com efeito, a fragmentação da insegurança incentivou a busca por meios alternativos de armazenar valor. Huyssen (2000, p. 9) deteve-se no estudo da emergência da memória e a considera um dos “[...] fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes [...]” apontando que “[...] o enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido.” (HUYSSSEN, 2000, p. 20).

A restauração de velhos centros urbanos, o *boom* da moda retrô, a comercialização em massa da nostalgia, a difusão de documentários televisivos e da literatura memorialística e de cunho confessional, bem como o crescimento do interesse por romances autobiográficos e históricos pós-modernos ilustram o quadro hodierno. Além disso, a globalização da memória, especialmente em face do “cada vez mais onipresente discurso do holocausto” (HUYSSSEN, 2000, p. 14) faz com que se retome Habermas (1998, p. 87) e sua percepção de que “*Auschwitz cambió las condiciones relativas a la continuación de la vida histórica.*” Foi precisamente essa consciência do holocausto que serviu de ilustração para a falência do projeto iluminista, conduzindo à reflexão sobre a incapacidade da civilização ocidental de lidar com diferenças e alteridades e induzindo a um certo pessimismo em direção ao Estado-nação. A emergência do holocausto como figura de linguagem universal permitiu, ainda, a compreensão de situações locais específicas, politicamente distintas do evento original, mas também centradas na busca do não-esquecimento:

A disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória, indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas (por exemplo: a Sérvia pós-comunista e o populismo hindu na Índia) até as tentativas que estão sendo realizadas, na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo. (HUYSSSEN, 2000, p. 16).

O resgate memorialístico num plano coletivo subverteu os paradigmas da alta modernidade, assumindo não mais a tarefa de garantir o futuro, mas a de se responsabilizar pelo passado. A consciência histórica sobre o caminho

que empreendeu a humanidade promoveu a preocupação com processos de democratização e com os direitos humanos, atentando a questões de minorias e gêneros, reavaliando passados internacionais e nacionais. A procura de comportamentos seguros em um mundo cambiante incentivou, ainda, a luta pela autonomia local e a organização de resistências regionais gerou *slogans* como *pense globalmente, aja localmente* e *small is beautiful*, comprovando que as ações políticas se amparam em movimentos sociais com maior capacidade de dominar o lugar do que o espaço. O vínculo potencial entre lugar e identidade social deu nova voz a tradições localistas e revigorou lutas amparadas no municipalismo em detrimento ao imperialismo econômico.

O ato insurgente de reavivar antigas tradições assumiu conotações muito específicas nos vários pontos do globo e a defesa das tradições deu-se especialmente ante o perigo de uma cultura homogênea, protagonizada pela substituição dos caracteres localistas por contornos globalizados. Contudo, não apenas fracassou a previsão de uma cultura global como também as minorias culturais, outrora esmagadas sob o teto do Estado-nação, trouxeram à tona as suas peculiaridades. Confirmou-se a afirmação do sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002, p. 47): “[...] a cultura é, em sua definição mais simples, a luta contra a uniformidade.”

Assumindo uma relevância inédita no cenário global, os estudos sobre cultura na pós-nacionalidade, seja em sentido amplo, seja em termos de cultura artística e letrada, por meio de suas lutas contra a uniformidade e contra a dissipação da memória, assumiram um papel de alta visibilidade. Por constituírem uma zona de resistência, também na busca de um ancoramento psíquico, a atenuar o abalo dos afetos, as obras de ficção foram resgatadas na contemporaneidade: “[...] literatura de ficção é alteridade e, portanto, alivia a solidão. Lemos não apenas porque, na vida real, jamais conheceremos tantas pessoas como através da leitura.” (BLOOM, 2001, p. 15). A literatura de ficção, indubitavelmente, tem desempenhado um papel importante no lastro do recalque do sentir. Ao transcender o diálogo entre as contradições e redefinir a identidade dos leitores, ela corrobora um plano político do não-esquecimento, do não-esmaecimento e, ao mesmo tempo em que se impõe ante as instâncias da pós-modernidade, participa dela. Assim, abrem-se novos espaços entre as tradicionais representações do literário e do cultural. A utilização do suporte eletrônico para divulgação de obras literárias não-canônicas⁷ ou mesmo o acesso virtual aos clássicos são indícios de novos ares para a literatura. Araújo (2004, p. 27), porém, observa que o meio eletrônico não pôde substituir o objeto-livro, em virtude da especial relação de espaço e tempo que, com ele, o leitor estabelece.

Da mesma forma, frente à perspectiva globalizante, com suas quedas de fronteiras nos mais variados sentidos (econômico, político, jurídico ou mesmo entre áreas do saber, culturas, gêneros literários, textos entre si, etc.) foram retomados os

⁷ Ver, por exemplo, o artigo de Anselmo Peres Alós (2014).

questionamentos sobre cânone, valor estético e alta literatura. A ascensão de novas formas textuais – e a especial importância de literaturas comprometidas com o resgate memorialístico – implicou no retorno ao interesse por culturas fronteiriças e por literaturas de áreas culturais da tardia modernidade, como a latino-americana. A luta da cultura contra a uniformidade, nessa égide, veio imbuída do questionamento do próprio *ser fronteiriço*, ao passo que a América Latina se percebia como estranha em face ao passado indígena e desconfortável ante as nações europeias e suas práticas de expressão colonial. A revisão do passado, não só o colonial, mas também em face dos processos ditatoriais e da sucessiva promoção de políticas do esquecimento, originou uma matriz literária essencialmente latino-americana, a que restou conhecida como híbrida, *criolla*, *mestiza* e intercultural.

KAHMANN, A. C.; ALÓS, A. P. Nation, borders and tradition: theoretical questioning in the context of the literary studies. **Itinerários**, Araraquara, n. 41, p. 15-35, jul./dez. 2015.

■ **ABSTRACT:** *This paper aims at analyzing three fundamental conceptual constructs – nation, borders and tradition – related to the disciplinary field of literary studies. In this sense, we hope to contribute to the main contemporary discussions raised by comparative literature, literary theory as well as by cultural studies.*

■ **KEYWORDS:** *Nation. Borders. Tradition. Cultural identity. Comparative literature.*

REFERÊNCIAS

ALÓS, A. P. Um bestiário digital narrado em *portuñol selvagem*. In: PEREIRA, D. A. (Org.). **Cartografia imaginária da tríplice fronteira**. São Paulo: Dobra Editorial, 2014. p. 141-166.

ARAÚJO, N. Desterritorialización, posdisciplinariedad y posliteratura. In: BITTENCOURT, G. N.; MASINA, L. S.; SCHMIDT, R. T. (Org.). **Geografias literárias e culturais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 19-34.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BERND, Z. **Literatura e identidade nacional**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BETANCOR, G.; ANGELO, R. I. Abordaje de las fronteras desde un enfoque interdisciplinario. In: STROHAECKER, T. M. et. al. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 69-74.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLOOM, H. **Como e por que ler**. Tradução de José Roberto O'Schea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOENING, J. Cultural transparency in a postnational world. In: COUTINHO, E. F.; BEHAR, L. B.; RODRIGUES, S. V. (Org.). **Elogio da lucidez**. Porto Alegre: Evangraf, 2004. p. 229-236.

CHIAPPINI, L. Multiculturalismo e identidade nacional. In: MARTINS, M. H. (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 43-60.

CULLER, J. **Teoria literária**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

_____. **Mundo em descontrole**. Tradução de Maria L. X. Borges. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HABERMAS, J. **Identities nacionales y postnacionales**. Traducción de Manuel J. Redondo. Madrid: Tecnos, 1998.

_____. **A constelação pós-nacional**. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. **Era das transições**. Tradução de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomás T. da Silva e Guacira L. Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Era dos extremos**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**. Tradução de Maria Elisa Cevalco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social**. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998.

LEENHARDT, J. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, M. H. (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 27-34.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et. al. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MARTINS, R. C. Portugal e Brasil: modernidade e fronteiras. In: KERN, A. A. (Org.). **Sociedades ibero-americanas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 137-152.

OHMAE, K. **O fim do Estado-nação**. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PALERMO, Z. De fronteras, travesías y otras liminalidades. In: COUTINHO, E. F.; BEHAR, L. B.; RODRIGUES, S. V. (Org.). **Elogio da lucidez**. Porto Alegre: Evangraf, 2004. p. 237-244.

PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. In: MARTINS, M. H. (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 35-39.

RODRIGUES, S. V. Tradução cultural: o que acontece em Um castelo no pampa, de L. A. de Assis Brasil. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, p. 109-114, dez. 2003.

ROLAND, A. M. **Fronteiras da palavra, fronteiras da história**. Brasília: UNB, 1997.

SAID, E. História, literatura e geografia. In: _____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p. 209-228.

SANTOS, B. S. Linha de horizonte. In: _____. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.

SZEGEDY-MASZAK, M. National literatures in the age of globalization. In: COUTINHO, E. F.; BEHAR, L. B.; RODRIGUES, S. V. (Org.). **Elogio da lucidez**. Porto Alegre: Evangraf, 2004. p. 219-228.

TORRES RIVAS, E. La nación: problemas teóricos e históricos. In: LECHNER, N. (Org.). **Estado y política en América Latina**. México: Siglo XXI Editores, 1981. p. 87-132.

Recebido em 28/07/2014

Aceito para publicação em 21/12/2014



